

O PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – PME COMO OBJETO DE ESTUDO NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Darluce Andrade de Queiroz Muniz

UFU

darluceaq@hotmail.com

Marcelo Soares Pereira Silva

UFU

marcelospsilva@hotmail.com

Resumo

Este presente texto é parte integrante de uma pesquisa em andamento, e apresentará um panorama da pesquisa brasileira no que concerne a produção acadêmica que tenha como objeto de pesquisa o estudo o Plano Municipal de Educação – PME. A presente pesquisa se constitui de cunho qualitativo, com características de pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002) esse tipo de investigação de cunho exploratório permite ao pesquisador uma intimidade maior com o tema a ser desvelado. Por meio desse tipo de estratégia é possível conhecer o objeto, formular problemas de pesquisas e construir hipóteses. Assim sendo, a pesquisa se materializou por meio de buscas nos dois repositórios de dissertações e teses, no período que compreende os anos 1988 a 2020, para um desenvolvimento de um possível estado da arte a respeito deste objeto. Nesse sentido, as buscas realizadas nos permitiu compreender que o PME se apresenta como objeto de estudo em diversas perspectivas, desde a análise da sua construção, chegando ao modo de como algumas temáticas se apresentaram dentro dos planos.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação, Planejamento Decenal, Política Educacional.

Introdução e Metodologia

Este texto discute como o planejamento decenal, por meio do Plano Municipal de Educação – PME tem se apresentado no âmbito da Pós-graduação brasileira nos últimos 30 anos. Neste cenário de construção sistemática de planos, vários trabalhos (dissertações e teses) foram realizados com objetivos variados, mas todos buscam no PME respostas para vários questionamentos. Deste modo, este texto pretende abordar como esse objeto foi estudado desde a Constituição Federal de 1988, tecendo algumas considerações a respeito do percurso realizado.

A presente pesquisa se constitui de cunho qualitativo, com características de pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002) por meio desse tipo de estratégia é possível conhecer o objeto, formular problemas de pesquisas e construir hipóteses. Assim sendo, a pesquisa se materializou por meio de buscas nos dois repositórios de dissertações e teses, no período que compreende os anos 1997 a 2020, para um desenvolvimento de um possível estado da arte a respeito deste objeto.

Com vista a um aprofundamento sobre o PME no âmbito das pesquisas educacionais, buscamos nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, os trabalhos que já foram produzidos acerca desta temática, para isso foi utilizado como descritor dessa busca, a palavra “Plano Municipal de Educação”, ressalta-se que o uso das aspas junto com descritor de faz necessário para que houvesse um refinamento no filtro dos trabalhos.

Ao realizar tal pesquisa na plataforma da BDTD foram encontrados 95 trabalhos (teses e dissertações), destes, 03 foram descartados, pois eram do mesmo autor, e que ao serem cadastrados foram lançados com pequenas alterações no nome do pesquisador,

gerando trabalhos distintos, ainda que com o mesmo título, restando para fins de análises 92 teses e dissertações. Ao buscar no banco de dados da CAPES foram localizados 134 trabalhos (teses e dissertações), mas para essa pesquisa consideraremos apenas, 78, pois ao unificarmos a relação de trabalhos nos dois repositórios percebemos que 56 pesquisas se encontravam registrada em ambos os repositórios.

Deste modo, para esta discussão considerar-se-á 170 (23 teses e 147 dissertações) que foram realizadas ao longo dos últimos 30 anos, em diversas instituições de ensino, das diversas regiões do país.

Resultados e Discussões

Sabemos que a busca pela implantação de planos municipais de Educação - PME se deu em parte pela normativa apresentada na aprovação dos Planos Nacionais de Educação - PNE (Lei Federal nº 10.172/2001 e Lei nº 13.005/2014), onde em seus textos apresentam artigos, que tornam obrigatório por parte dos municípios e estados a aprovação de seus respectivos planos. Nesse sentido, de acordo com os dados do Observatório Criança, em 2011, o Brasil possuía 3.384 PME vigentes, este número cai para 2.429 no ano de 2014, e tem um crescimento expressivo em 2018, onde alcança o número de 5.494 planos aprovados. No caso do estado da Bahia, dos seus 417 municípios, em 2011, apenas 192 possuíam planos aprovados, em 2014 apresenta uma queda para 146 municípios, mas em 2018 este número cresce para 415 PME aprovados.

Partimos do pressuposto que o ato de planejar deve ocorrer sempre como um ato intencional e político, tendo como referências os seguintes fundamentos: concepção de educação, políticas educacionais, construção participativa, governabilidade, congruência,

flexibilidade e visão sistêmica. Assim sendo, entendemos que planejar é assegurar que o princípio constitucional do direito à educação, enquanto um direito social e público, que deve ser colocado a serviço da população como forma de emancipação humana, e a partir disto, criar condições objetivas para que os sujeitos possam entender a forma de organização social, as desigualdades existentes no país, e principalmente, compreender o modelo de Estado que reproduz as ideias do capitalismo e patriarcalismo, onde as questões de raça, classe e gênero demarcam os corpos que possuem privilégios.

Deste modo, está posto que a educação possui um papel importante no processo de permissão aos sujeitos na elaboração de um pensamento crítico acerca das questões que os cercam, nesse sentido, as políticas públicas, o financiamento e o planejamento devem fazer parte do arcabouço para a garantia do direito à educação.

Ao organizar os trabalhos encontrados nos repositórios de dissertações e teses encontramos a primeira dissertação em 1989, onde o planejamento educacional é abordado, por meio de um estudo de caso na cidade de Niterói, com o foco planejamento educacional, o trabalho foi realizado por Oliveira (1989), na Universidade Federal Fluminense – UFF. Sabemos que no ano anterior houve a aprovação da Constituição Federal/1988, o artigo 124 da Carta Magna referendou a obrigatoriedade do planejamento nacional com duração decenal, por meio do Plano Nacional de Educação - PNE (SILVA e INÁCIO FILHO, 2016). Entretanto, o primeiro plano só vem a ser aprovado em 2001, seguindo esse fluxo, a partir de 2001, a aprovação dos planos de educação no âmbito estadual e municipal tiveram um grande crescimento, na mesma medida, que cresceu o interesse de pesquisa na área do planejamento educacional, visando

desvelar o que estes documentos traziam para o cenário da educação brasileira em todas as esferas.

De acordo com os trabalhos encontrados, pode-se categorizar os resultados de acordo com o quadro 1:

Quadro 1 – Temáticas das teses e dissertações

TEMÁTICAS	QUAN T.
Modalidades educacionais (EJA, Educação Infantil, Educação Especial, Educação do Campo, Ensino Fundamental)	39
Gestão	26
Formação de professores e valorização profissional	18
Participação	14
Processos de elaboração dos planos	14
Gestão democrática	12
Gestão da aprendizagem	10
Práticas pedagógicas	08
Gênero	07
Controle social	06
Organização da educação	06
Diversidade	04
Avaliação e monitoramento	03
Público/privado	03

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores

Nesse sentido, com o levantamento realizado foi possível perceber que os trabalhos encontrados apresentam o PME como objeto de pesquisa em diversas temáticas, sendo possível categorizá-los, pela recorrência da temática. Logo, com objetivos diversos, pesquisadores buscaram compreender como o planejamento delineado nos planos decenais tratam as temáticas do seu interesse.

Conclusão

Ao observar o crescimento que a temática teve ao longo das décadas pesquisadas, percebe-se que esse movimento se relaciona com a produção dos dois Planos Nacionais de Educação, e com as repercussões que estes propiciaram no âmbito local. Como conclusão preliminar, percebe-se que a temática se apresenta com variados estudos, entretanto, em sua maioria estão voltados para análise da sua construção, ficando evidente que existe uma lacuna acerca do processo de implementação e avaliação desses planos. Assim sendo, é evidente a ausência de teses e dissertações que se proponham em avaliar a execução destes planejamentos, que se apresentam como leis e uma carta de intenção de melhorias educacionais.

Bibliografia

BORDIGNON, Genuíno. Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. In: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINS, Angela Maria (Orgs.). **Planos de Educação no Brasil: Planejamento, políticas, práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 29-54

SILVA, Marta Leandro da; INÁCIO FILHO, Geraldo. Trajetória histórico-normativa do planejamento educacional: preceitos da Constituição Federal de 1988 à LDB nº 9394/96. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1318-1330, 2016.